



História do pensamento Econômico

Sistemas Econômicos

CONCEITUAÇÃO

Segundo Vasconcellos (2010), etimologicamente, a palavra economia deriva do grego OIKONOMIA, de Oikos=casa, nomos=lei: “aquele que administra o lar/casa”. Posteriormente a palavra foi associada à administração da coisa pública.

Para Troster e Mochón (2004) a economia é uma ciência estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Conforme Vasconcellos e Garcia (2011), economia é a ciência social que estuda como a sociedade administra recursos produtivos (fatores de produção) escassos.

Dessa maneira, a economia: —É a ciência que estuda a escassez; —A ciência que estuda o uso dos recursos escassos na produção de bens alternativos; e —O Estudo da forma pela qual a sociedade administra seus recursos escassos.

Objetivo do estudo da Ciência Econômica é analisar os problemas econômicos e formular soluções para resolvê-los, de forma a melhorar nossa qualidade de vida (TROSTER; MONCHÓN, 2002).

BREVE HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Para Batista (2016), a economia se desenvolveu como ciência no decorrer dos últimos 500 anos, coincidindo com o desenvolvimento das práticas comerciais e com a criação de estados-nações;

Para Batista (2016), na Antiguidade, o pensamento econômico começou a ser moldado, inicialmente, de forma filosófica;

Aristóteles (384-322 a.C) distinguia o pensamento econômico, em “artes naturais e não-naturais de aquisição”;

Platão (427-347 a.C), em seu diálogo “A República e as Leis”, sobre a “Cidade-Estado-Ideal”, no qual abordava um Estado regido por leis e a importância da especialização humana para o desenvolvimento da sociedade e a convivência harmônica entre os cidadãos.

Mercantilismo

No início da era mercantilista, ocorreu uma transformação política na Europa, com o enfraquecimento dos feudos e a centralização da política nacional.

O governo central forte passou a criar universidades e a realizar grandes empreendimentos

A ideia central do Mercantilismo de que o acúmulo de metais preciosos era sinônimo de riqueza foi muito criticada pelos economistas das escolas fisiocrática e clássica. Dessa forma a moeda passou a ter um fim em si mesma e não um meio de troca.

A riqueza dos Estados Nacionais, dependiam do aumento da população e principalmente do volume de estoque de metais preciosos;

O comércio e a indústria são mais importantes que a agricultura;

O comércio exterior deve ser estimulado;

Intenso protecionismo estatal e ampla intervenção do estado na economia.

(SOUZA, 2016).

Fisiocracia

No século XVIII o pensamento econômico na França constituía um segmento do pensamento filosófico.

A Fisiocracia, que constituiu a primeira escola econômica de caráter científico.

Para os fisiocratas a riqueza só poderia ser alcançada se tivesse bens produzidos com a ajuda da natureza,

Combate os ideais mercantilistas e formulação de maneira sistemática e lógica a teoria do liberalismo econômico. Centrou sua análise econômica na produção.

Argumentava que somente a terra (natureza) possuía a capacidade de gerar excedentes, riquezas.

Adam Smith

Com a criação da Teoria Clássica em 1776, a economia se fortificou como ciência.

Considerado o fundador da escola clássica;

Segundo essa escola de pensamento econômico a geração de riqueza está diretamente relacionada com a produtividade da mão-de-obra, e esta produtividade será constantemente crescente, decorrentes da especialização das tarefas produtivas e da divisão do trabalho.

Escreveu a “A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas”. Seu livro possui dois pontos interessantes:

a Divisão do Trabalho; e

a Harmonia dos interesses e o governo limitado.

Dessa maneira ficou criado a hipótese da “mão invisível”.

A principal contribuição da sua teoria foi a divisão do trabalho e a defesa do liberalismo econômico.

Os mercados livres e a concorrência funcionariam para o emprego do capital e dos recursos naturais de forma que eles sejam empregados de maneira mais produtiva possível, contribuindo de forma positiva ao bem-estar econômico, esta maximização egoísta do lucro para canais socialmente úteis com que fossem produzidas as mercadorias que as pessoas precisassem e mais desejassem

Karl Marx

Seu pensamento propunha, sobretudo, uma reforma dos preceitos clássicos, pois esse modelo apresentava muitas contradições e que inevitavelmente seria substituído pelo socialismo.

As principais considerações de Marx eram:

- Divisão do trabalho

- Queda da Taxa de Lucro

No “Manifesto Comunista”, Marx faz uma violenta crítica ao capitalismo e expõe a história do movimento operário. Faz objeções a alguns setores do socialismo, reunindo suas principais ideias com a luta de classe e o materialismo histórico e termina com um apelo para a união dos operários do mundo inteiro.

Na obra, “O Capital”, Marx faz uma análise crítica ao Capitalismo. Sintetiza o modo de funcionamento da economia capitalista, mostrando que ela está baseada na exploração do trabalhador assalariado, que produz um excedente que acaba ficando para o capitalista.

Segundo as teorias desenvolvidas por Karl Marx, o excedente deveria voltar para o trabalhador, na forma de salário, numa porcentagem do valor equivalente ao que foi produzido, e a outra parte ficaria com o dono dos meios de produção. Essa seria então, o que Marx chamou de “mais-valia”.

Joseph Alois Schumpeter

É considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX

Atribuía um papel fundamental ao empreendedor como o agente fomentador do desenvolvimento econômico.

Enfatizava que a inovação é a mola propulsora da atividade empreendedora.

Por meio da inovação haveria uma criação de novos produtos.

A decadência da atividade empreendedora e dos processos de inovação poderia levar a queda do sistema capitalista .

Nota-se que o problema econômico por excelência é a escassez.

A escassez surgiu pelo fato das necessidades humanas serem virtualmente ilimitadas, e os recursos econômicos, limitados, incluindo também os bens.

Sendo assim a escassez não é problema tecnológico, e sim de disparidade entre os desejos humanos e os meios disponíveis para satisfazê-los.

Pode-se afirmar que a escassez é um conceito relativo, onde consta a necessidade do desejo de adquirir uma quantidade de bens e serviços maior que a disponibilidade. (VASCONCELLOS E GARCIA, 2011).

Para Vasconcellos e Garcia (2011), devido à escassez, origina-se os problemas fundamentais econômicos:

O que e quanto produzir: devido à escassez dos recursos de produção, a sociedade em dado momento terá de escolher, quais produtos serão produzidos bem como as respectivas quantidades a serem fabricadas;

Como produzir: evidencia-se, nesse momento por quem os bens e serviços serão produzidos, além de verificar com quais recursos e como foi o respectivo processo. Esta é uma questão que está relacionada às possibilidades tecnológicas de produção sendo assim aqui fica evidente o dilema homem versus máquina; e

Para quem produzir: nesse ponto a sociedade deverá decidir como será feita a distribuição dos resultados da produção

QUAIS,QUANTO,COMO e PARA QUEM produzir não seriam problemas se os recursos utilizáveis fossem ilimitados. Mas na realidade existem ilimitadas necessidades e limitados recursos disponíveis e técnicas de fabricação.

É notório que a maioria das pessoas deseja muito mais do que seus recursos correntes permitem possuir. Isso é escassez: pessoas desejando mais do que pode ser satisfeito com seus recursos disponíveis (WESSELS,2010).

Devido à escassez de recursos, a sociedade deve levar em consideração entre as alternativas de produção e de distribuição dos resultados da atividade produtiva entre os mais diversos grupos da sociedade.

Pelo fato da existência da escassez dos recursos bem como dos fatores de produção surgiu os problemas econômicos fundamentais. (VASCONCELLOSEGARCIA,2011).

Pode-se conceituar a necessidade humana, como sendo a sensação de carência de algo unida ao desejo de satisfazê-las sendo assim é algo relativo, pois os desejos dos indivíduos não são fixos.

Nota-se que em todas essas sociedades, tanto nas ricas como nas pobres, os desejos dos indivíduos não podem ser completamente satisfeitos.

bens escassos: são aqueles que nunca se tem em quantidade suficiente para satisfazer os desejos dos indivíduos.

Os **bens econômicos:** caracterizam-se pela utilidade, pela escassez e por serem transferíveis.

Os **bens livres:** como, por exemplo, o ar, são aqueles cuja quantidade é suficiente para satisfazer a todo o mundo.

Necessidades do indivíduo

Natural: por exemplo, comer.

Social: decorrente da vida em sociedade; por exemplo, festa de casamento.

Necessidades da sociedade

Coletivas: partem do indivíduo e passam a ser da Sociedade; por exemplo, o transporte

Públicas: surgem da mesma sociedade; por exemplo, a ordem pública.

Necessidades vitais ou primárias: destas depende a conservação da vida; por exemplo, os alimentos.

Necessidades civilizadas ou secundárias: são as que tendem a aumentar o bem-estar do indivíduo e variam no tempo, segundo o meio cultural, econômicos e sociais em que se desenvolvem os indivíduos; por exemplo, o turismo.

Os próprios sistemas econômicos estão condicionados à evolução histórica da civilização. As ideias que constroem as teorias são formuladas em um contexto histórico em que se desenvolvem as atividades e as instituições econômicas. (RIZZIERI,2017).

O conhecimento do quadro político e social ajuda a entender a evolução dos fatos econômicos. (RIZZIERI,2017).

Qualquer que seja a forma de organização da atividade econômica de uma comunidade—economia de mercado, economia planificada centralmente ou um sistema misto—, os seus objetivos são muito semelhantes: busca-se otimizar a satisfação do indivíduo, de um lado e, de outro, maximizar a eficiência produtiva (MOREIRA;JORGE,2009).

Um sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade (VASCONCELLOS;GARCIA,2011).

Os próprios sistemas econômicos estão condicionados à evolução histórica da civilização. As ideias que constroem as teorias são formuladas em um contexto histórico em que se desenvolvem as atividades e as instituições econômicas. (RIZZIERI,2017).

O conhecimento do quadro político e social ajuda a entender a evolução dos fatos econômicos. (RIZZIERI,2017).

Qualquer que seja a forma de organização da atividade econômica de uma comunidade—economia de mercado, economia planificada centralmente ou um sistema misto—, os seus objetivos são muito semelhantes: busca-se otimizar a satisfação do indivíduo, de um lado e, de outro, maximizar a eficiência produtiva (MOREIRA;JORGE,2009).

Um sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade (VASCONCELLOS;GARCIA,2011).

Concentraremos nossa análise nos três sistemas econômicos mais representativos nos dias de hoje:
os sistemas de livre iniciativa empresarial;
os sistemas de planificação central da economia; e
os sistemas mistos.

Esses sistemas são resultado da evolução por que passaram as formas de organização da atividade econômica, em busca do sistema ideal de eficiência produtiva aliada a uma eficiência distributiva da produção. (MOREIRA;JORGE, 2009).

Sistemas de livre iniciativa empresarial (MODELOCAPITALISTA);

Nesse sistema, impera a propriedade privada dos bens de produção, ao lado de decisões sobre o que e quanto produzir fundamentadas no mercado e nos preços. As atividades econômicas são, portanto, dirigidas e controladas unicamente por empresas privadas, que competem entre si. Daí a alcunha de “economia de mercado”, porque o mercado é o habitat natural das empresas.

A perspectiva de lucro resume-se, portanto, à oferta de bens no mercado. Essa oferta se orientaria pela demanda (ou procura) de bens que suprissem as necessidades dos indivíduos.

Sistema de livre iniciativa empresarial: é regido pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção.

Nesse sistema, a decisão sobre “o que e quanto produzir” seria tomada pelos consumidores e produtores; a decisão sobre o “como produzir” seria determinada pela competição entre os produtores, em busca de maior produtividade e redução dos custos; a questão sobre “como distribuir” seria solucionada pela capacidade de aquisição dos bens produzidos, isto é, cada indivíduo irá apossar-se da quantidade de bens e serviços conforme sua disponibilidade de recursos financeiros.

Sistemas de planificação central da economia ou Sistema de Economia de Mercado (MODELOSOCIALISTA);

Por esse sistema, as respostas as questões básicas competem ao Estado, que se encarregaria de direcionar e controlar o processo produtivo, através de empresas públicas. Esse direcionamento e controle far-se-ia com base nos interesses coletivos, que prevaleceriam sobre os individuais. Desaparecem, segundo essa ordem econômica propriedade privada dos meios de produção e a instituição do lucro. A meta não é obtenção de lucros, mas proporcionar o máximo de bem-estar geral. Todos os meios de produção seriam socializados, isto é, de propriedade coletiva, administrada pelo Estado.

Um complexo sistema de planificação determinaria “o que produzir” prioritariamente. Todas as possibilidades de produção seriam equacionadas e utilizadas de forma a obter um aproveitamento integral de todos os recursos na solução do problema “como produzir”. A questão “para quem produzir”, que traz em si o problema da distribuição da renda, seria solucionada pela quantidade e qualidade do trabalho executado, independentemente das necessidades do trabalhador.

SISTEMAS MISTOS

Ressalta-se que já a partir da década de 1930, passaram a predominar os Sistemas de Economia mista, onde ainda prevalecem as forças de mercado, mas há uma atuação complementar do Estado na produção de bens públicos, nas áreas da educação, saúde, auxiliando nos investimentos do setor privado como por exemplo nos setores de infraestrutura, energia, transporte, comunicação.

Não se nota, nem nunca se notou, o funcionamento pleno de formas puras de economia de mercado ou de economias socialistas. A intervenção do Estados se processa até mesmo em economias tipicamente capitalistas e, por sua vez, em economias socialistas existem certas formas de propriedade privada da terra.

Observa-se, nos sistemas mistos, a coexistência entre o setor público e o setor privado. Muitos aspectos da economia são controlados pelo Estado, mediante leis, decretos, regulamentos, portarias etc. Através de criação de empresas ou de subsídios, controle de créditos, incentivos fiscais e outras formas, o Estado praticamente decide “o que e quanto produzir” de vários setores da economia.

O “como produzir” se dá primordialmente no setor privado, atendendo aos ditames da concorrência. A questão “para quem produzir” é respondida, de modo geral, pelo livre mecanismo dos preços, porém o Estado se encarrega de proporcionar alimentação, ensino, hospitalização, assistência jurídica e outros serviços às camadas inferiores de renda. Além disso, o Estado controla certos preços e impõe determinados padrões de remuneração (salário-mínimo, por exemplo) e recolhimentos compulsórios (os encargos sociais de uma folha de pagamentos, por exemplo).

O funcionamento do sistema econômico caracteriza-se, de um lado, pela atividade de obtenção de recursos (ou fatores) de produção em si e, de outro, pela obtenção de recursos financeiros e sua utilização.

Caracterizam-se, assim, dois mercados: um de fatores de produção (capital, terra e trabalho, fundamentalmente) e outro de bens e serviços finais.

A obtenção dos fatores de produção e a produção e distribuição dos bens e serviços constituem a atividade real da economia. Os indivíduos—que são os proprietários dos fatores de produção—fornecem às empresas—que são as produtoras de bens e serviços finais—os recursos de que elas necessitam para a produção de bens e serviços finais que irão satisfazer suas necessidades.

Como contrapartida, as empresas remuneram os indivíduos, sob a forma de salários, juros, lucros, aluguéis e, com esses recursos, os indivíduos pagam às empresas pelos bens e serviços finais adquiridos. Esse processo de remuneração e pagamento caracteriza o lado monetário da economia.

Salário (fator de produção trabalho): remuneração aos proprietários do fator de produção mão de obra, pode-se incluir dentro dessa categoria as comissões, honorários de profissionais liberais, enfim todas as remunerações relativas ao trabalho, mesmo que não assalariado;

Juro (fator de produção capital): remuneração do fator de produção capital, percebe-se que é a remuneração aos proprietários do capital monetário, aplicado pelas famílias nas empresas;

Aluguel (fator de produção de terra): remuneração aos proprietários dos recursos naturais e de bens de capital arrendados a terceiros, dessa maneira o fator de produção preponderante é a terra (renda da terra);

Lucro (fator de produção capacidade empresarial): remuneração ao capital físico, como prédios, máquinas e equipamentos. Inclui dividendos pagos aos proprietários das empresas; e

Tecnologia: é um fator de produção de natureza qualitativa. Percebe-se uma capacidade de acumular, transformar bem como evoluir por meio do conhecimento gerado.

Salário (fator de produção trabalho): remuneração aos proprietários do fator de produção mão de obra, pode-se incluir dentro dessa categoria as comissões, honorários de profissionais liberais, enfim todas as remunerações relativas ao trabalho, mesmo que não assalariado;

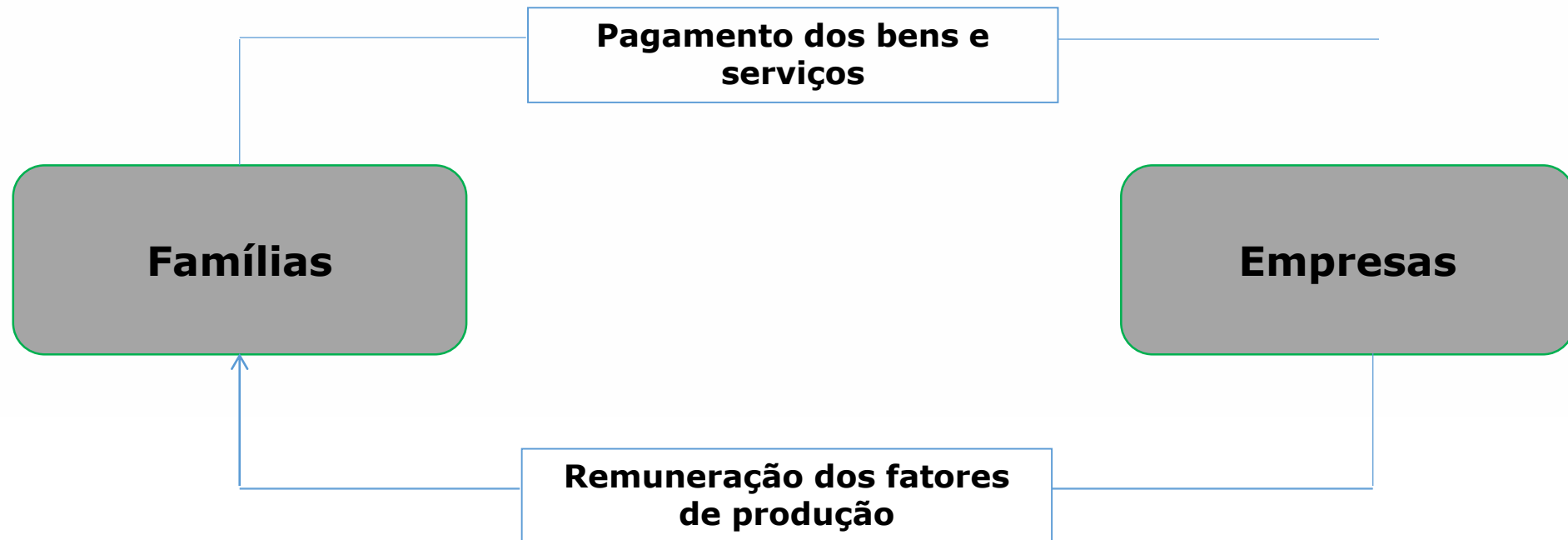
Juro (fator de produção capital): remuneração do fator de produção capital, percebe-se que é a remuneração aos proprietários do capital monetário, aplicado pelas famílias nas empresas;

Aluguel (fator de produção de terra): remuneração aos proprietários dos recursos naturais e de bens de capital arrendados a terceiros, dessa maneira o fator de produção preponderante é a terra (renda da terra);

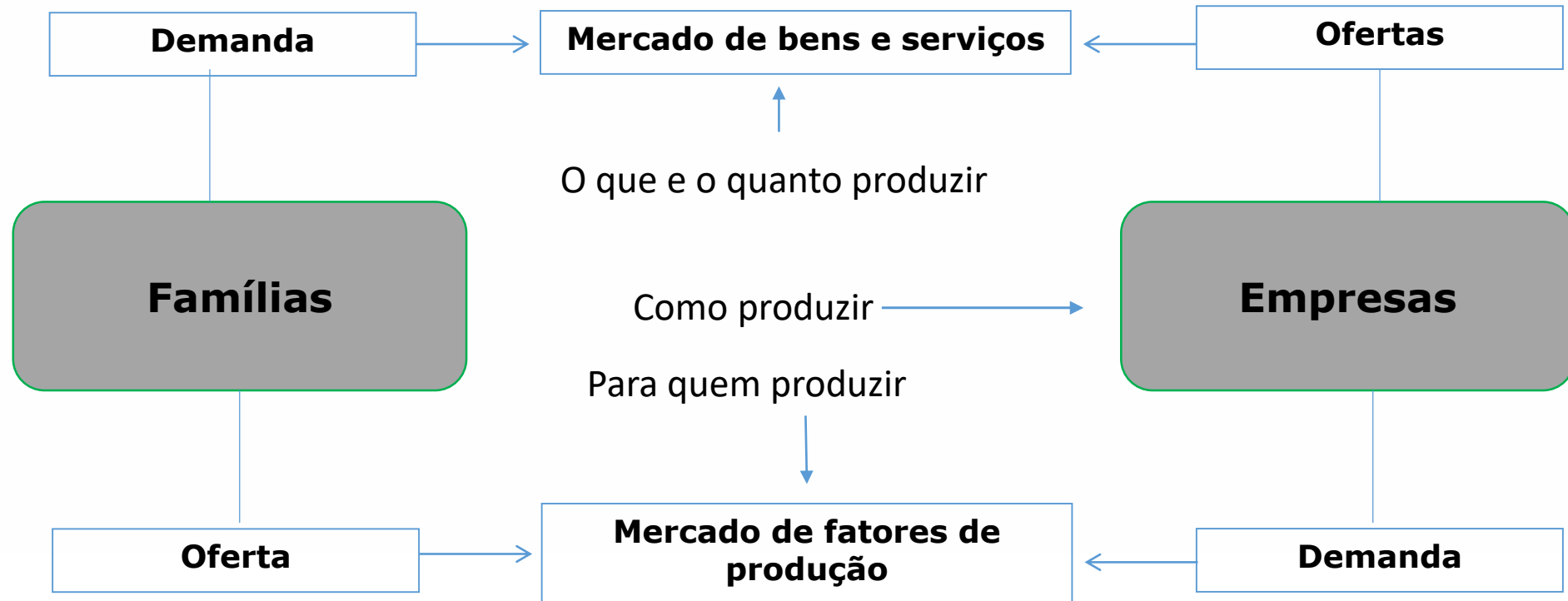
Lucro (fator de produção capacidade empresarial): remuneração ao capital físico, como prédios, máquinas e equipamentos. Inclui dividendos pagos aos proprietários das empresas; e

Tecnologia: é um fator de produção de natureza qualitativa. Percebe-se uma capacidade de acumular, transformar bem como evoluir por meio do conhecimento gerado.

Fluxos Monetário da Economia



Fluxos Econômicos Numa Economia de Mercado



Para facilidades de análise, a produção de um país distribui-se em três grandes categorias ou setores da produção:

O setor primário ou setor (I): abrange as atividades que se realizam próximas às bases dos recursos naturais, isto é, as atividades agrícolas, pesqueiras, pecuárias e extrativas.

O setor secundário ou setor (II): inclui as atividades industriais, que transformam matérias-primas em bens finais ou bens intermediários.

O setor terciário: abrange o setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Exemplos: comércio, educação, saúde etc.

Qualquer que seja sua classificação, do ponto de vista da propriedade, o funcionamento de uma empresa requer a utilização dos fatores de produção capital, terra, trabalho, tecnologia e capacidade empresarial. Demanda, muitas vezes, bens intermediários que serão utilizados para a produção de seus próprios produtos, que poderão ser também produtos intermediários para outras empresas, chamados de insumos – e bens finais–, como os bens de capital de que necessita para o processamento e transformação das matérias-primas que adquire.

Os agentes econômicos - as famílias, as empresas e o setor público-são os responsáveis pela atividade econômica.

Atividade econômica caracteriza-se na produção de ampla gama de bens e serviços, cujo destino último é a satisfação das necessidades humanas.

Conforme Vasconcellos e Garcia (2011) para a economia, os bens podem ser:

Bens de capital: são aqueles bens destinados para a utilização na fabricação de outros bens, tem por característica não desgastar totalmente durante o processo produtivo. Alguns exemplos de bens de capital: máquinas, equipamentos e instalações. São usualmente classificados no ativo fixo das empresas, e uma de suas características é contribuir para a melhoria da produtividade da mão-de-obra.

Bens e serviços de consumo: possui como característica primordial destinar-se diretamente ao atendimento das necessidades humanas. Com relação a sua durabilidade, podem ser classificados como duráveis (geladeira, fogões, automóveis) ou como não duráveis (alimentos, produtos de limpeza);e

Bens e serviços intermediários: sua característica básica é que esses bens são transformados ou agregados na produção de outros bens onde são consumidos totalmente durante o processo produtivo (insumos, matérias-primas e componentes). Como exemplo, podemos citar as chapas de aço que são empregadas na produção de automóveis.